



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO AGRONEGÓCIO

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PELO EDITAL Nº 006/2026 NO DIA 01/04/2026**

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, com início às quinze horas e vinte e dois minutos, no plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Canguçu, realizou-se a Audiência Pública solicitada pela Frente Parlamentar do Agronegócio. A sessão foi presidida pelo vereador Diego Wolter e contou com a composição de mesa integrada pelo prefeito municipal, Arion Braga, pelo secretário municipal de agricultura, José Fernando Goetzke, pelo chefe do escritório local da Emater, Reginaldo Maciel, por representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Delair Radke, e pelo representante da comissão dos agricultores, Mateus Iven. O plenário também contou com a presença do presidente do Legislativo, vereador Carlos Eduardo, da vereadora Maica Tainara, e dos vereadores Darci Ropke, Ritiéli Sampaio, Jardel Oliveira, Paulo Bauer, Marcelo Maron, Mauro Silveira e Marcio Schwartz, bem como do ex-prefeito Cássio Mota, representando o deputado federal Afonso Hamm, além de produtores rurais locais. O presidente Diego Wolter abriu os trabalhos realizando a leitura do requerimento de audiência, destacando que o objetivo principal do encontro era debater os prejuízos irreversíveis nas lavouras e na pecuária devido à falta de chuvas em regiões específicas do município. Ele salientou que o cenário atual é atípico, caracterizado por chuvas irregulares que resultaram em lavouras vizinhas com níveis de produção totalmente distintos. Utilizando dados estimativos, o vereador alertou que uma redução na média de produção da soja, caindo de quarenta e cinco para trinta e cinco sacas por hectare, poderia significar que cerca de setenta e dois milhões de reais deixariam de circular na economia local. Essa crise, segundo ele, é agravada pela baixa no preço dos grãos e pela alta acentuada no valor do óleo diesel. No uso da palavra pelo Poder Executivo, o prefeito Arion Braga informou que a prefeitura já vinha realizando reuniões periódicas com as entidades agrícolas para tratar da estiagem. Afirmou ter total disposição para assinar um decreto de situação de emergência, porém ressaltou que tal ato exige um embasamento técnico rigoroso, fundamentado em laudos da Emater, pois um decreto precipitado e não homologado poderia prejudicar o município e dificultar o acesso dos próprios agricultores a linhas de crédito e seguros. O chefe do Executivo lembrou que a estiagem afeta também a área social, mantendo elevado o número de famílias, escolas e postos de saúde dependentes do abastecimento de água por caminhões-pipa. Em seguida, o secretário de agricultura, José Fernando Goetzke, corroborou o compromisso do Executivo, informando que a partir do dia seis de abril, técnicos da prefeitura e da Emater iriam a campo para avaliar a real produtividade das lavouras, baseando o futuro decreto. Pela Emater, o chefe do escritório, Reginaldo Maciel, explicou que o acompanhamento das safras é contínuo, mas confirmou que as precipitações mal distribuídas criaram um mapa produtivo "manchado", onde encontram-se lavouras rendendo dezoito sacos e outras chegando a sessenta sacos por hectare. Ele garantiu o fornecimento de um laudo circunstanciado para a prefeitura e destacou as dificuldades de financiamento atuais, com juros chegando à faixa de dezesseis a dezoito por cento. Mais



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO AGRONEGÓCIO

adiante, Reginaldo também informou aos presentes sobre as facilidades do programa estadual Irriga Mais, que oferece subvenção para a instalação de sistemas de irrigação nas propriedades. Representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Delair Radke frisou o risco de inadimplência de agricultores historicamente cumpridores de seus deveres e sugeriu uma mobilização política para a retomada de financiamentos do Pronaf com "rebate" e juros reduzidos. Mateus Iven, em nome dos produtores, exibiu exemplares de plantas de soja para demonstrar a disparidade estrutural causada pelo clima. Ele lamentou a falta de amparo por parte do governo federal, o recente aumento de encargos como o Funrural e o PIS/COFINS, e advertiu que a cultura do tabaco também não vem gerando rentabilidade suficiente para cobrir os rombos deixados pela quebra da soja. No mesmo tom, o produtor Maurício Radke manifestou-se alertando sobre o efeito cascata da crise, lembrando que cada posto de trabalho perdido no campo afeta até cinco postos na cadeia econômica do município. O espaço aberto aos parlamentares foi marcado por críticas às políticas nacionais de financiamento agrícola. O vereador Mauro Silveira classificou as taxas governamentais como "agiotagem", afirmando que o modelo atual sufoca o produtor. O vereador Carlos Eduardo demonstrou preocupação com a parcela majoritária de produtores que plantou sem cobertura de seguro agrícola, tornando a situação financeira ainda mais delicada. O vereador Marcelo Maron estendeu as preocupações a outras cadeias, como a do leite e a do pêssego, lamentando a falta de prioridade do governo federal para o setor produtivo. O vereador Jardel Oliveira criticou o lucro dos bancos públicos mediante o endividamento do agro e cobrou que a prefeitura siga investindo na manutenção das estradas rurais. Representando o Deputado Afonso Hamm, o ex-prefeito Cássio Mota propôs que as demandas sejam centralizadas e enviadas à bancada gaúcha federal, e lamentou a estagnação do Projeto de Lei 5.122 no Senado. Nas considerações finais, o prefeito Arion Braga estipulou o prazo máximo até o dia quinze de abril para a publicação do decreto de emergência devidamente fundamentado e propôs a criação de uma força-tarefa política suprapartidária para cobrar ações dos governos estadual e federal. Acolhendo as sugestões, o presidente Diego Wolter encerrou os trabalhos solicitando que os agricultores enviem seus laudos particulares e fotos à Câmara para a montagem de um dossiê. Determinou o envio do documento formal da audiência à Secretaria da Agricultura do Estado, à Farsul, à Fetag e à bancada gaúcha. Para acompanhar os desdobramentos e agendas fora do município, foi instituída uma comissão legislativa composta pelos vereadores Diego Wolter, Carlos Eduardo, Marcelo Maron e Jardel Oliveira. Nada mais havendo a tratar, a audiência foi encerrada às dezessete horas e quarenta e nove minutos.

**VEREADOR DIEGO WOLTER**  
Frente Parlamentar em Defesa do Agronegócio